

PMDB e PFL previnem evasão em maio

LEITE FILHO
Da Editoria de Política

As lideranças dos principais partidos políticos, principalmente do PMDB e do PFL, estão se mobilizando para evitar uma forte evasão de seus quadros até o dia 15 de maio, quando termina o prazo de filiação partidária com vistas à eleição de 15 de novembro.

Lidando com bancadas indisciplinadas e até hostis dentro do Congresso, por causa da excessiva liberalização da lei partidária, os líderes governistas agora enfrentam os descontentes com os rumos da reforma ministerial e com a alta da inflação.

Tanto os líderes do PMDB como do PFL, na Câmara e no Senado, estão convencidos de que só terão um quadro de partidos definidos dentro do Congresso depois daquele prazo fatal de 15 de maio, pois até lá, a dança dos parlamentares entre as diversas siglas continuará a todo o vapor.

Eles dizem necessitar de muita paciência e habilidade para demover deputados e senadores insatisfeitos com os rumos do

Governo, sobretudo no campo econômico e social, e por isso mesmo preocupados com a possibilidade de reeleição.

Como os problemas tendem a avolumar-se até o dia 15 de maio, quando os partidos vão fechar as porteiças, como se diz no jargão político, as lideranças e o Governo ainda passarão três meses e meio de chuva, sereno e trovoadas, que podem se transformar em tempestade se a inflação não for contida dentro dos níveis suportáveis, ou seja, abaixo de nove por cento.

Os líderes do PMDB, Pimenta da Veiga, e do PFL, José Lourenço consideram que o Governo detém hoje uma sólida maioria no Congresso, sabem contudo que o Planalto, apesar dessa maioria, não poderá se envolver com projetos muito polêmicos, principalmente da área financeira, num ato eleitoral, sob pena de, ou não sair bem-sucedido, ter suas propostas alteradas de uma forma que não atendam às necessidades da política econômica.

LEI ELEITORAL

Além desses percalços políticos, os líderes do Governo ainda

têm pela frente uma polêmica da Câmara com o Senado, em função da sublegenda — um artifício legal pelo qual cada partido pode lançar até três candidatos para o Senado.

Considerado um fato de desagração partidária, esse instrumento, implantado pelo autoritarismo para obter vitórias automáticas da Arena e depois do PDS, ainda conseguiu sobreviver para a eleição de senadores.

A tendência geral, tanto na Câmara como Senado é de eliminar o resquício da sublegenda, mas os deputados só admitem fazê-lo no caso de os senadores concordarem em eliminar também a candidatura nata dos membros do Senado.

Este outro casuismo legado pela ditadura torna automática a candidatura à reeleição dos atuais senadores — se eles quiserem ser candidatos, qualquer que seja o partido a que estiver filiado, sem necessidade de disputar os votos dos convencionais do seu partido, como acontece com o cidadão sem mandato.

Mas os senadores resistem ao apelo da Câmara, alegando que os deputados são também can-

didatos natos, como os senadores, não havendo por que agora se instaurar uma disparidade casuística.

Os deputados, na grande maioria potenciais candidatos ao Senado sentem-se prejudicados com a candidatura automática dos senadores e ameaçam agora manter a sublegenda, que na prática, esvazia a candidatura nata de senador.

E que, tendo cada partido a facilidade de indicar até três candidatos ao Senado, o atual senador perde o privilégio de ser o único indicado por seu partido — o que é altamente vantajoso ao partido, principalmente se se tratar de uma sigla poderosa, como ocorre com o PMDB.

Essa solução, porém, se afilura traumática para qualquer partido, principalmente quando ele está no Governo, como é o caso do próprio PMDB, uma vez que ela tende, como ocorreu no passado, a provocar cisões irreversíveis, determinadas pela reação dos candidatos perdedores. É que apenas um dos três candidatos da sublegenda tem chances de se reeleger, se não perder para os candidatos de um partido adversário.